

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 028/2024

ID TCES Nº: 2024.009E0600015.09.0001

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 29.977/2024

O Município de Aracruz, Estado do Espírito Santo, pessoa jurídica de direito público interno, leva ao conhecimento dos interessados que, na forma da **Lei Federal nº 14.133/2021, do Decretos Municipais nº 42.025, 24/05/2022, e 45.889, de 23/02/2024** e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, fará realizar licitação DISPENSA ELETRÔNICA mediante as condições estabelecidas neste aviso.

LOCAL DA SESSÃO DE DISPUTA	Exclusivamente via internet pela Plataforma da Bolsa de Licitações e Leilões - "BLL COMPRAS"
LINK DA PLATAFORMA	https://bllcompras.com/Home/
LINK DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL REGULAMENTADORA DA CONTRATAÇÃO:	http://transparencia.aracruz.es.gov.br/PrestacaoDeContas.aspx?c=5270
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	14/10/2024
FASE DE LANCES	09h00m às 10h00m do dia 21/10/2024
REFERÊNCIA DE HORÁRIO/TEMPO	Horário de Brasília/DF
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS	NÃO

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa eletrônica é Contratação de empresa para fornecimento de Material Esportivo para atendimento a Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude, pela modalidade de Dispensa de Licitação na forma eletrônica, critério menor preço por item conforme artigo 75, II da Lei nº 14.133/21 e condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.3. Em caso de discordâncias existentes entre as especificações deste objeto descritas no sistema da BLL Compras e as constantes neste Aviso e seus Anexos, prevalecerão as últimas, inclusive para fins de desclassificação da proposta.

1.4. A contratação será formada conforme tabela a seguir:

Item	DESCRIÇÃO	Quant.	UNI	Valor Unitario	Valor total
01	TATAME em placas intertravadas de e.v.a. (etilenoacetato de vinil) com bordas de acabamento. tamanho das placas: 1000 mm x 1000 mm +/- 10 mm; espessura: 20 mm +/- 10 mm. placas de tatame intertravadas e bordas de acabamento, confeccionadas em e.v.a. (100%), atóxicas, com superfície texturizada, siliconizada, antiderrapante e lavável; densidade entre 150 e 180 gramas por centímetro cúbico; cada peça deve ser fornecida em conjunto com uma borda de acabamento. os encaixes devem proporcionar a junção perfeita das peças; as arestas de bordas e placas devem ser uniformes, com corte preciso a 90º em relação ao plano da superfície, isentas de rebarbas e falhas.	100	M ²	R\$38,89	R\$3.889,00
02	LONA-Tatames de EVA cobertos por uma Lona Vinílica, impermeável, de fácil limpeza e extremamente esticada. Densidade do EVA:110 Durezado EVA:40 Shoredo EVA:00 Descrição do Material: Lona vinílica 1.000 fios com 0,75 mm. Propriedades do Material: A lona utilizada aplicada permitem que os tatames mantenham o desempenho por toda a sua vida útil.	110	M ²	R\$32,49	R\$3.573,90
03	BONECOS DE SPARRING Feito de couro sintético de microfibra especial durável e fácil de limpar; Peso: aproximadamente de 30 a 45 kg, Material em lona, resistente em até 2 toneladas com costuras reforçadas; Tamanhos: padrão (1,75 m).	05	UN	R\$559,90	R\$2.799,50
04	KIMONO A3-85 até 100 kg - altura 175 a 190, unissex first. Vagui: trançado com gr350 ² Calça: Rip stop 8oz com reforço interno na parte do joelho/canela e também reforçado na parte da virilha, pré-encolhido, traçado adulto de competição padrão internacional.	10	UN	R\$324,89	R\$3.248,90
05	KIMONO A2-65 até 85 kg - altura165 a 175, unissex first, Vagui: trançado com gr350 ² , Calça:	10	UN	R\$324,89	R\$3.248,

	Rip stop 8oz com reforço interno na parte do joelho/canela e também reforçado na parte da virilha, pré-encolhido, o traçado adulto de competição padrão internacional.				90
06	KIMONO A1 - 50 até 65 kg - altura 150 a 165, unissex first, Vagui: trançado com gr350 ² , Calça: Rip stop 8oz com reforço interno na parte do joelho/canela e também reforçado na parte da virilha, pré-encolhido, traçado adulto de competição padrão internacional.	10	UN	R\$284,90	R\$2.849,00
07	KIMONO M4-35 até 50 kg, infantil Naja Heroic-Branco, azul e preto; Vagui: Sarja 8Oz-lapela EVA; Calça: Sarja 8Oz-reforço trançado na parte da virilha sarja 8Oz e reforço interno da parte inferior da coxa até o tornozelo. Reforçado de competição padrão Espírito Santo.	20	UN	R\$129,89	R\$2.597,80
08	KIMONO M3-30 até 35 kg, infantil Naja Heroic-Branco, azul e preto; Vagui: Sarja 8Oz-lapela EVA; Calça: Sarja 8Oz-reforço trançado na parte da virilha sarja 8Oz e reforço interno da parte inferior da coxa até o tornozelo. Reforçado de competição padrão Espírito Santo.	20	UN	R\$129,89	R\$2.597,80
09	KIMONO M2 -até 9 anos, até 30 kg, infantil Naja Heroic-Branco, azul e preto; Vagui: Sarja 8Oz-lapela EVA; Calça: Sarja 8Oz-reforço trançado na parte da virilha sarja 8Oz e reforço interno da parte inferior da coxa até o tornozelo. Reforçado de competição padrão Espírito Santo.	20	UN	R\$129,89	R\$2.597,80
10	KIMONO M1 -até 7 anos, até 25 kg, Naja Heroic-Branco, azul e preto; Vagui: Sarja 8Oz-lapela EVA; Calça: Sarja 8Oz-reforço trançado na parte da virilha sarja 8Oz e reforço interno da parte inferior da coxa até o tornozelo. Reforçado de competição padrão Espírito Santo.	10	UN	R\$129,89	R\$1.298,90
11	KIMONO M0 -até 5 anos, infantil Naja Heroic-Branco, azul e preto;	10	UN	R\$129,89	R\$1.298,90

	Vagui: Sarja 80z-lapela EVA; Calça: Sarja 80z-reforço trançado na parte da virilha sarja 80z e reforço interno da parte inferior da coxa até o tornozelo. Reforçado de competição padrão Espírito Santo.				
12	CONE CHAPÉU CHINES -Tamanho: 5 cm de altura, 20 cm de largura Material em PVC flexível, Peso do produto em unidade: 35 g.	50	UN	R\$8,90	R\$445,00
13	ESCADAS AGILIDADE(PVC) - Com 08 m de comprimento, regulagem nos degraus, fitas de nylon e hastes de PVC, contendo 16 degraus.	08	UN	R\$199,90	R\$1.599,20
14	BAMBOLÊS - Polietileno, alta densidade, aproximadamente 60 cm de circunferência total, tubo de 16 mm e parede de 1,2 mm; - Bambolê polipropileno, colorido, rígido, aproximadamente 630 mm diâmetro; - Bambolê colorido, confeccionado em mangueira plástica, resistente e colorida, mínimo 60 cm de diâmetro.	30	UN	R\$52,97	R\$1.589,10
15	CINTOS DE TRAÇÃO/DUPLO -Profissional, com 2 cintos em nylon, com revestimento de espuma, aproximadamente 12 cm de largura, perímetro do cinto regulável aproximadamente 0,74 m a 1,1 m, fechamento com velcro extralargo reforçado, com 4 elásticos de aproximadamente 60 cm de comprimento cada, em borracha, resistência máxima aproximadamente 5,5 kg por elástico em alongamento máximo, alcance máximo aproximadamente 3,3 m, sistema interno antirompimento, limitador interno para prevenção de acidentes.	10	UN	R\$264,90	R\$2.649,00
16	CONJUNTO DE SQUEEZE kit seis garrafas, deve possuir tampa rosqueável e válvula automática de segurança, fácil limpeza e transporte, Material: Polietileno Dimensão da Caixa: 30 x 20 x 16 cm Dimensão da Garrafa: 24 x 7 x 7 cm Capacidade: 1	10	UN	R\$174,90	R\$1.749,00

	litro. Personalizadas.				
17	ESTACA DE AGILIDADE , desmontável, jogo c/6 unidades, em pvc de alta resistência e impacto, amarelo, base em borracha preta, p/ uso interno e externo, c/ bolsa p/ transporte, aprox. 1,5 m de altura, bases em borracha moldada c/ duas aberturas para estabilizar as estacas na vertical e diagonal.	10	UN	R\$284,89	R\$2.848,90
18	BOLSA MÉDICA bolsa p/ massagem, grande, profissional, 06 bolsos nas laterais, 02 bisnagas 250 ml e 01 isopor com a logo da prefeitura e escudo do clube tam. 7x12cm;	01	UN	R\$149,90	R\$149,90
19	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO TAMANHO 04 laminado pu, construção ultra fusion, câmara 6d, sistema de forro termofixo, camada interna evacel, processo extra dupla colagem, miolo cápsula sis, peso350-390g, gomos 6, circunferência 63,5 - 66cm	20	UN	R\$129,90	R\$1.899,00
20	BOLA FUTSAL 100 , 0% absorção de água, laminado pu, construção termotec, câmara 6d, sistema de forro termofixo, camada interna neogel, processo extra dupla colagem, miolo cápsula sis , peso entre 300 a 330gm, 8 gomos e circunferência entre 52 e 55 cm.	10	UN	R\$189,90	R\$1.899,00
21	Bola Futsal 200 , 0% absorção de água, laminado pu, construção termotec, câmara 6d, sistema de forro termofixo, camada interna neogel, processo extra dupla colagem, miolo cápsula sis , peso entre 350 a 380gm, 8 gomos e circunferência entre 55 e 58 cm.	10	UN	R\$184,90	R\$1.849,00
VALOR TOTAL (R\$)					R\$ 47.376,50

1.5. O critério de julgamento adotado será **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos quanto às especificações

do objeto.

1.6. Não é admitida a subcontratação do objeto.

1.7. As condições para execução desta contratação estão disciplinadas no Termo de Referência, vinculando o fornecedor ao que for disposto nesse instrumento.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante cadastro na plataforma Eletrônica no endereço eletrônico <https://bllcompras.com/>.

2.1.1. O procedimento será divulgado no Portal BLL Compras e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

2.1.2. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal da Bolsa de Licitações e Leilões (BLL Compras), para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.1.4. Registra-se que a utilização do sistema eletrônico de negociação da BLL implica na cobrança de taxas de utilização, conforme previsto no Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, sendo de exclusiva responsabilidade do licitante entrar em contato diretamente com a BLL para optar pelo plano de sua escolha.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

2.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) Pessoa Física ou Jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm>, concorrendo entre si;

f) Pessoa Física ou Jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação Trabalhista;

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. Aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU/Plenário);

2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.

2.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

2.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da lei 14.133/2021.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

3.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.7. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência e seus anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos ou de

fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir das **09H** da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro;

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor **DO ITEM**.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação;

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Verificadas as condições de participação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação disposto no Termo de Referência, o qual é parte integrante deste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

5.2. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

5.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.4. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, **no prazo de 02 (duas) horas**, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários, nos moldes do Anexo II – Proposta de Preços.

5.4.1. **O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.**

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. contiver vícios insanáveis;

5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7. Em contratação de obras ou serviços de engenharia, além das disposições acima, o critério de aceitabilidade de preços considerará o seguinte:

5.7.1. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

5.7.1.1. Aquele que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.7.2. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

5.7.2.1. O valor global estimado para a contratação.

5.7.2.2. Preços unitários: conforme Planilha de Custos elaborada pelo Contratante, a ser disponibilizada (quando for o caso) como anexo neste documento.

5.7.3. serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

5.8. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

5.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

5.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.12. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

5.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. O licitante classificado em primeiro lugar deverá anexar exclusivamente por meio da plataforma do sistema BLL (<http://bll.org.br>), a documentação de habilitação, **no prazo de 02 (duas) horas**, contados a partir da solicitação do Agente de Contratação. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.2. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021 constam do **ANEXO I - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor melhor classificado da fase de lances.

6.3. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.3.1. Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

6.3.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>).

6.3.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.3.4. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.4.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.5. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores poderá ser verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.4.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.4.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.5. Os documentos necessários à HABILITAÇÃO deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza não contenham validade, não sendo aceitos "protocolos de entrega", ou "solicitação" de documento em substituição aos documentos requeridos neste Edital, salvo os casos excepcionais, previstos em lei.

6.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.8. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.9. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6.10. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

6.10.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

6.11. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

6.12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.13. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.13.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de

classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.14. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a adjudicação e homologação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

7.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

7.3.1. a referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.11;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.11, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

8.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

8.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados os aspectos elencados no art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

8.11. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o

primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.12.1. ANEXO I - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

9.12.2. ANEXO II - PROPOSTA DE PREÇOS

9.12.3. ANEXO III - DECLARAÇÃO UNIFICADA (SUPERVENIÊNCIA, ATENDIMENTO AO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E AO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006)

9.12.6. ANEXO VI - TERMO DE REFERÊNCIA

9.12.7. ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO

Aracruz/ES, 11 de outubro de 2024.

Jonathan Moraes Romanha
Secretário de Esportes, Lazer e Juventude

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. Habilitação jurídica:

1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;

1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

1.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-

A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

2.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

3. Qualificação Econômico-Financeira:

3.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante emitida há no máximo 90 (noventa) dias da data da abertura do certame, quando outro prazo de validade não estiver expresso no documento.

3.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

3.3. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples.

ANEXO II - MODELO DE CARTA PROPOSTA

Item	DESCRIÇÃO	Quant.	UNI	Valor Unitario	Valor total
01	TATAME em placas intertravadas de e.v.a. (etilenoacetato de vinil) com bordas de acabamento. tamanho das placas: 1000 mm x 1000 mm +/- 10 mm; espessura: 20 mm +/- 10 mm. placas de tatame intertravadas e bordas de acabamento, confeccionadas em e.v.a. (100%), atóxicas, com superfície texturizada, siliconizada, antiderrapante e lavável; densidade entre 150 e 180 gramas por centímetro cúbico; cada peça deve ser fornecida em conjunto com uma borda de acabamento. os encaixes devem proporcionar a junção perfeita das peças; as arestas de bordas e placas devem ser uniformes, com corte preciso a 90º em relação ao plano da superfície, isentas de rebarbas e falhas.	100	M ²		
02	LONA-Tatames de EVA cobertos por uma Lona Vinílica, impermeável, de fácil limpeza e extremamente esticada. Densidade do EVA:110 Durezado EVA:40 Shoredo EVA:00 Descrição do Material: Lona vinílica 1.000 fios com 0,75 mm. Propriedades do Material: A lona utilizada aplicada permitem que os tatames mantenham o desempenho por toda a sua vida útil.	110	M ²		
03	BONECOS DE SPARRING Feito de couro sintético de microfibra especial durável e fácil de limpar; Peso: aproximadamente de 30 a 45 kg, Material em lona, resistente em até 2 toneladas com costuras reforçadas; Tamanhos: padrão (1,75 m).	05	UN		
04	KIMONO A3-85 até 100 kg - altura 175 a 190, unissex first. Vagui: trançado com gr350 ² Calça: Rip stop 8oz com reforço interno na parte do joelho/canela e também reforçado na parte da virilha, pré-encolhido, traçado adulto de competição padrão internacional.	10	UN		

05	KIMONO A2-65 até 85 kg – altura 165 a 175, unissex first, Vagui: trançado com gr350 ² , Calça: Rip stop 8oz com reforço interno na parte do joelho/canela e também reforçado na parte da virilha, pré-encolhido, o traçado adulto de competição padrão internacional.	10	UN		
06	KIMONO A1 – 50 até 65 kg – altura 150 a 165, unissex first, Vagui: trançado com gr350 ² , Calça: Rip stop 8oz com reforço interno na parte do joelho/canela e também reforçado na parte da virilha, pré-encolhido, traçado adulto de competição padrão internacional.	10	UN		
07	KIMONO M4-35 até 50 kg, infantil Naja Heroic-Branco, azul e preto; Vagui: Sarja 8Oz-lapela EVA; Calça: Sarja 8Oz-reforço trançado na parte da virilha sarja 8Oz e reforço interno da parte inferior da coxa até o tornozelo. Reforçado de competição padrão Espírito Santo.	20	UN		
08	KIMONO M3-30 até 35 kg, infantil Naja Heroic-Branco, azul e preto; Vagui: Sarja 8Oz-lapela EVA; Calça: Sarja 8Oz-reforço trançado na parte da virilha sarja 8Oz e reforço interno da parte inferior da coxa até o tornozelo. Reforçado de competição padrão Espírito Santo.	20	UN		
09	KIMONO M2 -até 9 anos, até 30 kg, infantil Naja Heroic-Branco, azul e preto; Vagui: Sarja 8Oz-lapela EVA; Calça: Sarja 8Oz-reforço trançado na parte da virilha sarja 8Oz e reforço interno da parte inferior da coxa até o tornozelo. Reforçado de competição padrão Espírito Santo.	20	UN		
10	KIMONO M1 -até 7 anos, até 25 kg, Naja Heroic-Branco, azul e preto; Vagui: Sarja 8Oz-lapela EVA; Calça: Sarja 8Oz-reforço trançado na parte da virilha sarja 8Oz e reforço interno da parte inferior da coxa até o tornozelo. Reforçado de competição padrão Espírito Santo.	10	UN		
11	KIMONO M0 -até 5 anos, infantil Naja Heroic-	10	UN		

	Branco, azul e preto; Vagui: Sarja 80z-lapela EVA; Calça: Sarja 80z-reforço trançado na parte da virilha sarja 80z e reforço interno da parte inferior da coxa até o tornozelo. Reforçado de competição padrão Espírito Santo.				
12	CONE CHAPÉU CHINES -Tamanho: 5 cm de altura, 20 cm de largura Material em PVC flexível, Peso do produto em unidade: 35 g.	50	UN		
13	ESCADAS AGILIDADE(PVC) - Com 08 m de comprimento, regulagem nos degraus, fitas de nylon e hastes de PVC, contendo 16 degraus.	08	UN		
14	BAMBOLÊS - Polietileno, alta densidade, aproximadamente 60 cm de circunferência total, tubo de 16 mm e parede de 1,2 mm; - Bambolê polipropileno, colorido, rígido, aproximadamente 630 mm diâmetro; - Bambolê colorido, confeccionado em mangueira plástica, resistente e colorida, mínimo 60 cm de diâmetro.	30	UN		
15	CINTOS DE TRAÇÃO/DUPLO -Profissional, com 2 cintos em nylon, com revestimento de espuma, aproximadamente 12 cm de largura, perímetro do cinto regulável aproximadamente 0,74 m a 1,1 m, fechamento com velcro extralargo reforçado, com 4 elásticos de aproximadamente 60 cm de comprimento cada, em borracha, resistência máxima aproximadamente 5,5 kg por elástico em alongamento máximo, alcance máximo aproximadamente 3,3 m, sistema interno antirompimento, limitador interno para prevenção de acidentes.	10	UN		
16	CONJUNTO DE SQUEEZE kit seis garrafas, deve possuir tampa rosqueável e válvula automática de segurança, fácil limpeza e transporte, Material: Polietileno Dimensão da Caixa: 30 x 20 x 16 cm	10	UN		

	Dimensão da Garrafa: 24 x 7 x 7 cm Capacidade: 1 litro. Personalizadas.				
17	ESTACA DE AGILIDADE , desmontável, jogo c/6 unidades, em pvc de alta resistência e impacto, amarelo, base em borracha preta, p/ uso interno e externo, c/ bolsa p/ transporte, aprox. 1,5 m de altura, bases em borracha moldada c/ duas aberturas para estabilizar as estacas na vertical e diagonal.	10	UN		
18	BOLSA MÉDICA bolsa p/ massagem, grande, profissional, 06 bolsos nas laterais, 02 bisnagas 250 ml e 01 isopor com a logo da prefeitura e escudo do clube tam. 7x12cm;	01	UN		
19	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO TAMANHO 04 laminado pu, construção ultra fusion, câmara 6d, sistema de forro termofixo, camada interna evacel, processo extra dupla colagem, miolo cápsula sis, peso 350-390g, gomos 6, circunferência 63,5 - 66cm	20	UN		
20	BOLA FUTSAL 100 , 0% absorção de água, laminado pu, construção termotec, câmara 6d, sistema de forro termofixo, camada interna neogel, processo extra dupla colagem, miolo cápsula sis , peso entre 300 a 330gm, 8 gomos e circunferência entre 52 e 55 cm.	10	UN		
21	Bola Futsal 200 , 0% absorção de água, laminado pu, construção termotec, câmara 6d, sistema de forro termofixo, camada interna neogel, processo extra dupla colagem, miolo cápsula sis , peso entre 350 a 380gm, 8 gomos e circunferência entre 55 e 58 cm.	10	UN		
VALOR TOTAL (R\$)					

DADOS DO PROPONENTE:

Razão social:

CNPJ nº:

Banco:..... Agência nº:Conta nº:(Informação não desclassificatória).

Endereço completo:

Telefone: E-mail:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL:

Nome:

Identidade nº:CPF nº

Telefone: E-mail:

Prazo de Garantia: (Garantia de Fábrica, não podendo ser inferior ao da Lei nº. 8.078/1990, cujo prazo será considerado a partir da data do recebimento dos produtos):

Validade da proposta (Não inferior a 90 dias, contados a partir da data da proposta. Serão aceitas propostas com prazo de validade superior):

Prazo de entrega dos produtos: conforme edital

Em de de 2024.

.....

Assinatura da Proponente

ANEXO III – DECLARAÇÃO UNIFICADA (SUPERVENIÊNCIA, ATENDIMENTO AO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E AO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006)

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ - ES
REF.: DISPENSA ELETRÔNICA Nº XX/2024

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), estabelecida na ...(ENDEREÇO COMPLETO)...., inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada pelo seu (REPRESENTANTE/SÓCIO/PROCURADOR) no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, sob as penas da Lei e para fins de participação no presente certame, que:

- sob as penalidades cabíveis a inexistência de fato superveniente impeditivo a sua participação no **DISPENSA ELETRONICA Nº XXX/2024**;

- que esta empresa é uma microempresa/empresa de pequeno porte, nos termos da legislação vigente, que não há nenhum dos impedimentos previsto nos incisos do § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, e que cumprimos plenamente com os requisitos de HABILITAÇÃO exigidos neste instrumento convocatório; e,

- , para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei no 14.133 de 2021, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos;

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Local e data:

(Empresa e assinatura do responsável legal)

ANEXO IV – TERMO DE REFERÊNCIA

REQUISIÇÕES DE COMPRAS Nº .

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para fornecimento de Material Esportivo para atendimento a Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude, pela modalidade de Dispensa de Licitação, critério menor preço por item conforme artigo 75, II, da Lei nº 14.133/21 e condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste Termo de Referência.

2. DA JUSTIFICATIVA

A Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude - SEMESP, em face da necessidade de contratação de empresa especializada no fornecimento de material esportivo, destinada a atender as necessidades para o desenvolvimento dos projetos de esporte e lazer planejados ou apoiados por ela, conforme Lei nº 3.840 de 2014, estabelecendo o Programa Municipal de Cidadania Esportiva e de Lazer – PROCEL e Convênios a serem firmados através de Emendas Parlamentares com respectivos Protocolos.

Visando manter o desenvolvimento e a promoção de práticas na área de esporte, do lazer e atividades físicas, nas suas diversas dimensões, o Programa Municipal de Cidadania Esportiva e de Lazer – PROCEL em seu art. 3º diz:

Art. 3º O Programa Municipal de Cidadania Esportiva e Lazer do Município de Aracruz-ES será coordenado pela Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude, mediante ajustes com entidades públicas e privadas, com os seguintes princípios e objetivos:

I – proporcionar a prática e o desenvolvimento do esporte e do Lazer aos moradores do Município, como ferramenta de inclusão social para todas as faixas etárias;

II – estimular o interesse da população pela prática habitual de esporte e pela atividade física;

III – apoiar aos calendários esportivos das instituições que coordenam o esporte amador, esporte olímpico e esporte paralímpico, sem fins lucrativos;

IV – apoio a atletas de rendimento.

A atual aquisição será realizada por Pregão Eletrônico, o pregão eletrônico é um procedimento licitatório que utiliza a tecnologia da informação para realizar a disputa entre os licitantes de forma eletrônica e eficaz por meio de um sistema online. Essa modalidade traz diversos benefícios em termos de eficiência e transparência.

Será atendido em especial a Associação Esportiva Ninho das Águias, tal associação vem prestando um serviço de excelência no município há mais de 05 anos, com projetos voltados para o Futebol de Campo bem como Jiu-Jitsu, os projetos realizados pela associação são gratuitos e atendem mais de 400 jovens no município de Aracruz/ES.

3 OBJETO:

Os materiais esportivos deverão obedecer rigorosamente às características mínimas abaixo especificadas:

Item	DESCRIÇÃO	Quant.	UNI	Valor Unitario	Valor total
01	TATAME em placas intertravadas de e.v.a. (etileno-acetato de vinil) com bordas de acabamento. tamanho das placas: 1000 mm x 1000 mm +/- 10 mm; espessura: 20 mm +/- 10 mm. placas de tatame intertravadas e bordas de acabamento, confeccionadas em e.v.a. (100%), atóxicas, com superfície texturizada, siliconizada, antiderrapante e lavável; densidade entre 150 e 180 gramas por centímetro cúbico; cada peça deve ser fornecida em conjunto com uma borda de acabamento. os encaixes devem proporcionar a junção perfeita das peças; as arestas de bordas e placas devem ser uniformes, com corte preciso a 90º em relação ao plano da superfície, isentas de rebarbas e falhas.	100	M ²		
02	LONA-Tatames de EVA cobertos por uma Lona Vinílica, impermeável, de fácil limpeza e extremamente esticada. Densidade do EVA:110 Durezado EVA:40 Shoredado EVA:00 Descrição do Material: Lona vinílica 1.000 fios com 0,75 mm.	110	M ²		

	Propriedades do Material: A lona utilizada aplicada permitem que os tatames mantenham o desempenho por toda a sua vida útil.				
03	BONECOS DE SPARRING Feito de couro sintético de microfibra especial durável e fácil de limpar; Peso: aproximadamente de 30 a 45 kg, Material em lona, resistente em até 2 toneladas com costuras reforçadas; Tamanhos: padrão (1,75 m).	05	UN		
04	KIMONO A3-85 até 100 kg – altura 175 a 190, unissex first. Vagui: trançado com gr350 ² Calça: Rip stop 8oz com reforço interno na parte do joelho/canela e também reforçado na parte da virilha, pré-encolhido, traçado adulto de competição padrão internacional.	10	UN		
05	KIMONO A2-65 até 85 kg – altura 165 a 175, unissex first, Vagui: trançado com gr350 ² , Calça: Rip stop 8oz com reforço interno na parte do joelho/canela e também reforçado na parte da virilha, pré-encolhido, o traçado adulto de competição padrão internacional.	10	UN		
06	KIMONO A1 – 50 até 65 kg – altura 150 a 165, unissex first, Vagui: trançado com gr350 ² , Calça: Rip stop 8oz com reforço interno na parte do joelho/canela e também reforçado na parte da virilha, pré-encolhido, traçado adulto de competição padrão internacional.	10	UN		
07	KIMONO M4-35 até 50 kg, infantil Naja Heroic-Branco, azul e preto; Vagui: Sarja 80z-lapela EVA; Calça: Sarja 80z-reforço trançado na parte da virilha sarja 80z e reforço interno da parte inferior da coxa até o tornozelo. Reforçado de competição padrão Espírito Santo.	20	UN		
08	KIMONO M3-30 até 35 kg, infantil Naja Heroic-Branco, azul e preto; Vagui: Sarja 80z-lapela EVA; Calça: Sarja 80z-reforço trançado na parte da virilha sarja 80z e reforço interno da parte inferior da coxa até o tornozelo. Reforçado de competição padrão Espírito Santo.	20	UN		
09	KIMONO M2 -até 9 anos, até 30 kg, infantil Naja Heroic-Branco, azul e preto; Vagui: Sarja 80z-lapela EVA; Calça: Sarja 80z-reforço trançado na parte da virilha sarja 80z e reforço interno da parte inferior da coxa até o tornozelo. Reforçado de	20	UN		

	competição padrão Espírito Santo.				
10	KIMONO M1 -até 7 anos, até 25 kg, Naja Heroic-Branco, azul e preto; Vagui: Sarja 80z-lapela EVA; Calça: Sarja 80z-reforço trançado na parte da virilha sarja 80z e reforço interno da parte inferior da coxa até o tornozelo. Reforçado de competição padrão Espírito Santo.	10	UN		
11	KIMONO M0 -até 5 anos, infantil Naja Heroic-Branco, azul e preto; Vagui: Sarja 80z-lapela EVA; Calça: Sarja 80z-reforço trançado na parte da virilha sarja 80z e reforço interno da parte inferior da coxa até o tornozelo. Reforçado de competição padrão Espírito Santo.	10	UN		
12	CONE CHAPÉU CHINES -Tamanho: 5 cm de altura, 20 cm de largura Material em PVC flexível, Peso do produto em unidade: 35 g.	50	UN		
13	ESCADAS AGILIDADE(PVC) - Com 08 m de comprimento, regulagem nos degraus, fitas de nylon e hastes de PVC, contendo 16 degraus.	08	UN		
14	BAMBOLÊS – Polietileno, alta densidade, aproximadamente 60 cm de circunferência total, tubo de 16 mm e parede de 1,2 mm; - Bambolê polipropileno, colorido, rígido, aproximadamente 630 mm diâmetro; - Bambolê colorido, confeccionado em mangueira plástica, resistente e colorida, mínimo 60 cm de diâmetro.	30	UN		
15	CINTOS DE TRAÇÃO/DUPLO -Profissional, com 2 cintos em nylon, com revestimento de espuma, aproximadamente 12 cm de largura, perímetro do cinto regulável aproximadamente 0,74 m a 1,1 m, fechamento com velcro extralargo reforçado, com 4 elásticos de aproximadamente 60 cm de comprimento cada, em borracha, resistência máxima aproximadamente 5,5 kg por elástico em alongamento máximo, alcance máximo aproximadamente 3,3 m, sistema interno antirompimento, limitador interno para prevenção de acidentes.	10	UN		

16	CONJUNTO DE SQUEEZE kit seis garrafas, deve possuir tampa rosqueável e válvula automática de segurança, fácil limpeza e transporte, Material: Polietileno Dimensão da Caixa: 30 x 20 x 16 cm Dimensão da Garrafa: 24 x 7 x 7 cm Capacidade: 1 litro. Personalizadas.	10	UN		
17	ESTACA DE AGILIDADE , desmontável, jogo c/6 unidades, em pvc de alta resistência e impacto, amarelo, base em borracha preta, p/ uso interno e externo, c/ bolsa p/ transporte, aprox. 1,5 m de altura, bases em borracha moldada c/ duas aberturas para estabilizar as estacas na vertical e diagonal.	10	UN		
18	BOLSA MÉDICA bolsa p/ massagem, grande, profissional, 06 bolsos nas laterais, 02 bisnagas 250 ml e 01 isopor com a logo da prefeitura e escudo do clube tam. 7x12cm;	01	UN		
19	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO TAMANHO 04 laminado pu, construção ultra fusion, câmara 6d, sistema de forro termofixo, camada interna evacel, processo extra dupla colagem, miolo cápsula sis, peso350-390g, gomos 6, circunferência 63,5 - 66cm	20	UN		
20	BOLA FUTSAL 100 , 0% absorção de água, laminado pu, construção termotec, câmara 6d, sistema de forro termofixo, camada interna neogel, processo extra dupla colagem, miolo cápsula sis, peso entre 300 a 330gm, 8 gomos e circunferência entre 52 e 55 cm.	10	UN		
21	Bola Futsal 200 , 0% absorção de água, laminado pu, construção termotec, câmara 6d, sistema de forro termofixo, camada interna neogel, processo extra dupla colagem, miolo cápsula sis, peso entre 350 a 380gm, 8 gomos e circunferência entre 55 e 58 cm.	10	UN		

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

4.1 A Fundamentação da aquisição e de seus quantitativos encontra-se Pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo a este processo.

5. DA CLASSIFICAÇÃO DE BEM COMUM

5.1. O objeto do certame é a contratação de empresa para FORNECIMENTO DE MATERIAL ESPORTIVO conforme disposto no item 01 deste Termo, enquadrando-se na classificação de BEM COMUM, visto que não há nenhuma especificidade nas composições destes materiais, que

os possam diferenciar daquelas usualmente contratados no mercado, podendo ser licitado por meio da modalidade de Dispensa de Licitação.

5.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

6. DAS AMOSTRAS

6.1. Após análise da proposta e dos documentos de habilitação, o arrematante do item deverá enviar 01 (uma) amostra (s) de cada objeto arrematado, dentre os produtos descritos no neste Termo de Referência, **sendo amostra apenas dos itens de 19 a 21 (Bolas)**, para a Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude, com sede na Avenida Moroba, nº 20, Aracruz, Esp. Santo no horário de 08:00 horas às 17 horas, atendendo rigorosamente as especificações contidas na proposta escrita e no anexo I do Edital, sob pena de desclassificação e aplicação das penalidades previstas no Edital, bem como arcar com todos os custos de envio e devolução do objeto arrematado, para efeito de análise, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados a partir do primeiro dia útil após a solicitação do agente de contratação/Pregoeiro no sistema eletrônico;

6.2. O prazo acima é contado para entrega pessoal ou postagem da amostra, neste último caso **deverá** ser enviado pelo e-mail **pregao@aracruz.es.gov.br**, o Código de Rastreamento do objeto;

6.3. Caso a amostra da arrematante do referido item não seja aprovada, o Pregoeiro poderá convocar a empresa classificada subsequente, para apresentação das amostras, observando-se o mesmo prazo e condições estabelecidas no item 6.1;

6.4. As amostras deverão ser entregues no endereço definido no Item 6.1, identificadas com: AMOSTRA; NÚMERO, DATA E OBJETO DA LICITAÇÃO; NOME E TELEFONE DO FORNECEDOR E DE SEU REPRESENTANTE, se for o caso;

6.5. A análise das amostras deverá ser realizada por servidor responsável ou equipe técnica designados pela Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude;

6.6. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

6.6.1. Verificação das características dos produtos ofertados com os especificados, tais como: circunferência, peso, miolo, absorção, costura, aprovação da Federação ou Confederação da modalidade, espessura e resistência da malha;

6.6.2. Verificação da conformidade de cada produto ofertado com os requisitos previstos no edital;

6.7. No caso de não haver entrega das amostras, ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou haver entrega de amostra, para homologação, fora das especificações previstas neste Edital, a empresa vencedora será desclassificada, podendo também ser aplicadas as penalidades previstas no edital;

6.8. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes;

- 6.9. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema;
- 6.10. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento;
- 6.11. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 03 (três) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento;
- 6.12. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço;
- 6.13. A finalidade da amostra nas licitações é permitir que a Administração possa se certificar de que o bem proposto pelo licitante atende as condições e especificações técnicas indicadas na sua descrição, especialmente quanto à durabilidade e qualidade do material, bem como suas condições de logística e entrega dos futuros pedidos. Esse procedimento serve para diminuir riscos e possibilitar que o produto fornecido atenderá a necessidade da administração pública. .

7. DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DA GARANTIA

7.1. Os produtos deverão ser entregues integralmente, no prazo máximo de 30 (**trinta**) dias corridos, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento expedida pela Secretaria Municipal de Suprimentos – SEMSU.

7.1.1. As entregas ocorrerão na Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude, localizada no Av. Morobá 20, Bairro Morobá, Aracruz/ CEP: 29192-733, Tel: (27) 3270-7084 | (27) 3270-7083, no horário de 07h00min as 16h00min, juntamente da Nota Fiscal/Fatura.

7.1.2. O prazo previsto no item 7.1 admite prorrogação, pelo mesmo período, desde que plenamente justificado, atendendo aos interesses e conveniência da administração.

7.1.3. Será de responsabilidade do Fornecedor observar os feriados e pontos facultativos Municipais quando da entrega dos produtos.

7.1.4. Ficará por conta da Contratada todas as despesas com transporte, carregamento e descarregamento.

7.1.5. O material deverá ser entregue acompanhado de documento fiscal, com as mesmas condições indicadas na proposta de preço vencedora, quanto ao modelo, tamanho, composição, quantidade, respeitando rigorosamente as especificações deste Termo de Referência.

7.1.6. O material deverá estar adequadamente embalado, atendendo às especificações técnicas exigidas.

7.3. Ao Contratante se reserva o direito de rejeitar os materiais esportivos que estiverem em desacordo com o previsto neste instrumento, obrigando-se a Contratada a realizar as devidas correções/substituições no prazo máximo de 10 (dez) dias a partir do recebimento da comunicação, sob pena de aplicação de penalidade, nos termos da legislação vigente.

7.6. Todo recebimento se dará somente após apresentação da cópia reprográfica da Autorização de Fornecimento, além da Nota Fiscal/Fatura.

7.6.1. A Autorização de Fornecimento deverá conter a identificação da unidade requisitante, indicação, do Contrato (se houver), do Processo Administrativo, identificação da Contratada, as especificações do objeto, quantidade, data, horário e endereço de entrega

7.6.2. A Autorização de Fornecimento será expedida por qualquer meio de comunicação que possibilite a comprovação do respectivo recebimento por parte da Contratada, inclusive fac-símile e correio eletrônico.

7.7. É de responsabilidade da contratada e correrão por conta dela todas as despesas de seguros, transporte, frete, tributos, alimentação, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes do fornecimento do objeto desta dispensa de licitação.

8.DA GARANTIA

8.8.1. A Contratada deverá oferecer garantia contra eventuais defeitos de fabricação por um prazo mínimo de 01 (um) ano, contados a partir do recebimento definitivo do produto, independentemente da garantia padrão oferecida pelo fabricante. Na hipótese de o fabricante oferecer garantia por tempo superior, prevalecerá esta.

8.8.2. A garantia do produto no prazo mínimo estipulado no item anterior consiste na prestação, pela Contratada, de todas as obrigações estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990 e suas alterações), bem como dos encargos previstos à Contratada neste Edital. Durante este período, os reparos e substituições porventura necessários deverão ser realizados pela Contratada, sem ônus para a Contratante.

8.8.3. A garantia abrange à Contratada a garantir a boa qualidade do produto fornecido, bem como efetuar a imediata substituição, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, após a comunicação da SEMAG, de qualquer produto entregue que não esteja de acordo com as especificações ou em relação ao qual, posteriormente, não obstante os testes realizados venham a se constatar qualquer adulteração ou vício.

8.8.4. A Contratada deverá cumprir rigorosamente as normas técnicas relacionadas ao transporte do produto.

8.8.5. Deverá ser entregue junto com os materiais a documentação comprobatória de que este está coberto por garantia de acordo com o Código de Defesa do Consumidor

9. GESTÃO DO CONTRATO /ENTREGA DOS MATERIAIS

9.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

9.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

9.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

9.3.1 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

9.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

9.4 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

9.5 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

9.6 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

9.6.1 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

10.2 O critério para julgamento das propostas será o de MENOR PREÇO POR ITEM, nos moldes do Art. 33, inciso I, da lei 14.133/2021.

10.3 Previamente à celebração do contrato, a Administração solicitará à empresa a apresentação dos seguintes documentos:

10.3.1 Habilitação jurídica, qualificação técnica/econômico-financeiro, se for o caso, e de regularidade fiscal, trabalhista e em relação ao FGTS.

10.3.2 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

10.3.3 Declaração do SIMPLES caso a empresa se enquadre, para efeitos da Lei Complementar nº 123/2006;

11. DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

11.1 **DO PREÇO:** O valor estimado para a contratação é de até **R\$ R\$ 59.906,02 - (Cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos).**

11.1.2 No valor apresentado pela empresa participante deverão estar incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

11.2 DA FORMA DE PAGAMENTO:

Após entrega dos materiais e emissão da Nota Fiscal, a Contratada deverá proceder abertura de processo eletrônico (link: <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/portal/login.aspx>) ou solicitada presencialmente no Setor de Protocolo Geral da PMA, localizado na Rua Padre Luiz Parenzi, nº 710, Aracruz/ES, devendo além do requerimento para pagamento (devidamente instruído) a seguinte documentação:

- a) Nota fiscal;
- b) Autorização de Fornecimento
- c) Certidão negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União
- d) Certidão negativa de débitos com a Fazenda Estadual
- e) Certidão negativa de débito com a Fazenda Municipal, onde for sediada a empresa.
- f) Certidão Negativa expedida pela Justiça do Trabalho
- g) Certidão de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1 A CONTRATADA obriga-se a:

10.1.1 Não transferir a outrem ou subcontratar, no todo ou em parte, o presente contrato.

10.1.2 Executar fielmente o contrato avençado, de acordo com as condições previstas, no Termo de Referência, sua proposta e demais atos anexos ao processo de aquisição direta, que são parte integrante deste instrumento independente de transcrição.

10.1.3 Manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do contrato.

10.1.4 Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

10.1.5 Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais, a que estiver sujeita, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento realizado pela CONTRATANTE.

10.1.6 Responsabilizar-se pelos salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, indenizações e quaisquer outras que forem devidas no desempenho do objeto do contrato, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo da CONTRATADA com seus fornecedores, prestadores de serviços e empregados.

10.1.7 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em consonância com o disposto no artigo 92, XVI, da Lei nº 14.133/21.

10.1.8 Prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados, atendendo prontamente às eventuais reclamações/ notificações relacionadas com o objeto fornecido.

10.1.10 A CONTRATADA deve cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10.1.11 O prazo de garantia mínima do objeto é aquele definido no termo de referência, respeitados os prazos mínimos definidos na Lei n. 14.133/21, normas legais ou normas técnicas existente.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 - A CONTRATANTE se compromete a:

11.1.1 Acompanhar e fiscalizar o recebimento dos materiais por intermédio de servidor(es) especialmente designado(s) conforme determina o artigo 117 da Lei n. 14.133/21.

11.1.2 Os representantes da Administração anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução a aquisição, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, nos termos do artigo 117, § 1º, da Lei 14.133/21.

11.1.3 As decisões que ultrapassarem a competência do(s) representante(s) serão encaminhadas à autoridade superior para as devidas providências, conforme dispõe o artigo 117, § 2º, da Lei 14.133/21.

11.1.4 Verificar e fiscalizar as condições técnicas da CONTRATADA, visando estabelecer controle de qualidade do objeto a ser entregue.

11.1.5 Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor e época estabelecidos no item 11.1.

12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. A contratada deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para o fornecimento do objeto Termo de Referência, sujeitando-se as penalidades constantes no artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, a saber:

I - advertência; por escrito, garantindo o direito da ampla defesa e contraditório.

II - multa - nos seguintes casos e percentuais:

a) por atraso injustificadona execução do Contrato /Ordem de Fornecimento até 30 (trinta) dia: 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor total contratado;

b) por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Fornecimento, superior a 30 (trinta) dias: 15% (quinze por cento) sobre o valor global contratado, com possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho ou rescisão contratual;

c) por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta;

d) recusa do adjudicatário em assinar /receber o Contrato/Ordem de Fornecimento, dentro de 05 (cinco) dias corridos contados da data da convocação:15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta;

e) por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato/Ordem de Fornecimento: 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta ou sobre a parcela não executada respectivamente.

III - impedimento de licitar e contratar;

a) por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Fornecimento, superior a 31 (trinta e um) dias: até 03 (três) meses;

b) por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro: até 01 (um) ano;

c) por recusa do adjudicatário em assinar/receber o Contrato/Ordem de Fornecimento, dentro de até 5 (cinco) dias corridos da data da convocação: até 01 (um) ano;

d) por inexecução total ou parcial injustificada de Contrato/Ordem de Fornecimento: até 02 (dois) anos.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes.

12.2 - As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a CONTRATANTE deverá notificar o contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

c) Na aplicação da sanção prevista no item 12.1 - I a III, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme Art. 157 da Lei 14.133/2021. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

d) O contratado comunicará à CONTRATANTE as mudanças de endereço ocorridas no curso do de vigência do ajuste, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a CONTRATANTE proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do contratado que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;

f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Município.

g) Da aplicação da sanção prevista no item 12.1 - IV, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.3 - Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato.

12.4 - Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

12.5. A empresa deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas no Termo de Referência, sujeitando-se às sanções constantes no Capítulo I da Lei nº 14.133/2021.

12.6. Evidenciada após o devido processo legal a responsabilidade da empresa quanto à inobservância ou inexecução de cláusulas contratuais, ser-lhe-á aplicada a penalidade adequada, prevista em lei específica.

12.7. Não será aplicada multa se, justificada e comprovadamente, o atraso na execução do objeto advier de caso fortuito ou de força maior.

12.8. As sanções administrativas somente serão aplicadas pela Administração após a devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia.

12.9. A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, onde será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa.

12.10. O prazo para apresentação de defesa prévia será de 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento da notificação, que contará da abertura de vista.

12.11. O desatendimento à notificação importa o reconhecimento da veracidade dos fatos e a preclusão do direito pelo licitante, implicando a imediata aplicação da sanção prevista em lei.

12.12. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

12.13. Da aplicação de penalidades caberá recurso, conforme disposto no art. 165, Inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

12.14. As sanções previstas neste Contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

13. DA RESCISÃO

13.1 Havendo interesse público, a aquisição ser rescindida de pleno direito, independentemente de notificação judicial, não importando com isso, no pagamento de qualquer indenização à Contratada.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Secretaria Municipal de Esportes Lazer e Juventude, para o exercício de 2024, na classificação a seguir:

1079	Código Reduzido.
22.01.00	Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude
3.3.90.30.00	Material de consumo
1.701.0041.0000	TRANSF. CONVÊNIOS-ESTADO-MAT. ESPORTIVO 3833865-3
2.500.0000.0000	Recurso ordinário do exercício

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 Naquilo em que for omissivo, o futuro Contrato, reger-se-á pela Lei nº. 14.133/2021 e suas alterações.

Aracruz/ES, 20 de Agosto de 2024

Elaborado por:

RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA

Nome: Gabriel Valle Paulino Athayde Mayrink
--

Cargo: Estagio de pós-graduação
--

Matrícula: 40.007

Setor: Estudos e Projetos

Aprovado por:

RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Nome: Jonathan Moraes Romanha

Cargo: Secretário

Matrícula: 34.990

ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE
ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
ARACRUZ - ES E A EMPRESA:
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O MUNICÍPIO DE ARACRUZ - ES, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 27.142.702/0001-66, com sede na Avenida Morobá, nº. 20, Bairro Morobá, Aracruz - ES, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo **Secretário(a) Municipal de Esportes, Lazer e Juventude, nacionalidade, estado civil, profissão, portador do CPF e da CI nº., residente na , nos termos da Lei nº....., regulamentada pelo Decreto nº.....e a Empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº., estabelecida na, doravante denominada CONTRATADA, representada pelo(a) Sr. (a), nacionalidade, estado civil, profissão, portador do CPF nº. e da CI nº., residente na, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do DISPENSA ELETRONICA nº 028/2024, processo eletrônico nº 29.977/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto a Contratação de empresa para fornecimento de Material Esportivo para atendimento a Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude,, conforme especificações constantes da proposta da Contratada nas condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.2.1. O Termo de Referência;

2.2.2. Aviso de Dispensa Eletrônica;

2.2.3. A Proposta do contratado;

2.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2.3. A Contratada será responsável pela execução dos fornecimentos, objeto deste instrumento contratual, pelo preço proposto e aceito pelo Contratante.

2.4. A Contratada deverá observar rigorosamente as instruções do preposto da Secretaria competente no que tange ao controle de qualidade dos produtos fornecidos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir de sua publicação nos meios oficiais.

CLÁUSULA QUARTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

5.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da proposta de preços da vencedora.

7.2. Após o interregno de um ano, e caso haja pedido da CONTRATADA os preços serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade; caso não ocorra o pedido em até trinta dias para a ocorrência da anualidade ter-se-á como renúncia e precluso o direito ao reajuste ;

7.2.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a

partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

7.3. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

7.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

8.1. As normas deste item encontram-se disciplinadas no Termo de Referência desta contratação.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

9.2. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As normas deste item encontram-se disciplinadas no Termo de Referência e Aviso desta contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O Contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto e independente de termo de rescisão.

11.2. Aplicar-se-ão os arts. 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021, nas situações de extinção contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão à conta da seguinte dotação:

1079	Código Reduzido.
22.01.00	Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude
3.3.90.30.00	Material de consumo
1.701.0041.0000	TRANSF. CONVÊNIOS-ESTADO-MAT. ESPORTIVO 3833865-3

2.500.0000.0000	Recurso ordinário do exercício

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

13.2. Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. O referido contrato será publicado, em resumo, no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado do Espírito Santo (AMUNES), bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. Fica eleito o foro da cidade de Aracruz/ES, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato e que não possam ser resolvidas por meios administrativos, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Aracruz - ES, de de 2024.

MUNICÍPIO DE ARACRUZ
CONTRATANTE

.....
CONTRATADA